

# Informação ontem\*

HAGAR ESPANHA GOMES

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro

Retrospecto histórico sobre a origem, influências sofridas e atividades da organização bibliográfica no Brasil. Evolução do conceito de informação e seu impacto nas atividades de informação dos bibliotecários e cientistas da informação.

## 1. INTRODUÇÃO

A atividade bibliográfica, iniciada no século XV, apresentava, quatro séculos após, mais ou menos este quadro: uma bibliografia sobre conjuntivite totalizava 3.000 referências; cerca de 60 000 títulos eram incorporados, anualmente, à Biblioteca Nacional de Paris; uma bibliografia de bibliografia alcançava 25 000 itens e calculava-se que cerca de 600 000 notícias (entre trabalhos publicados por sociedades científicas, artigos, etc.) eram produzidas por ano<sup>(1)</sup>.

O termo "bibliografia" era usado para designar esta atividade que se ocupava de documentos produzidos inicialmente sob forma de livros mas, já agora, sob forma de relatórios, artigos, etc. Outros tipos de registros passaram a oferecer interesse para estudiosos e pesquisadores como fotografias, mapas, etc, e o termo "documentação" passou a ser usado, especialmente na Europa. Nos Estados Unidos este termo não se popularizou. Os serviços especializados que se ocupavam da cobertura intensiva de documentos de uma área do conhecimento, eram chamados "serviços de informação" e não serviços de documentação. Nos últimos tempos o termo "informação" também se popularizou na Europa e no Brasil para designar a atividade de documentação científica e tecnológica.

O termo "informação" também popular na área de computação trouxe, para o Brasil, muitos equívocos: como em tantas outras atividades, também no campo da documentação, importamos o modelo dos países desenvolvidos. E os administradores, encantados com o status que o computador lhes conferia e sucumbidos ante a promoção dos vendedores de sistemas, trouxeram os pacotes tecnológicos como uma panacéia, desconhecendo o fato de que o País carecia de informação, de acervos, de bibliografias, e que a simples introdução dos meios eletrônicos não resolveria o pro-

\* Palestra realizada na Semana Nacional do Livro e da Biblioteca, Brasília, 27 de outubro de 1981.

blema — como não resolveu — pois as bases de dados estrangeiros ignoraram a produção bibliográfica as nacional e o estado dos acervos bibliográficos.

Decorrido mais ou menos um lustro da invasão da “máquina” no cenário da informação, a poeira começa a assentar e um diálogo parece ter início entre “bibliográfica” ou, como se diz hoje, “da informação”.

Não se pode mais ignorar que, no âmago da questão está a organização racional do trabalho intelectual. Isso está bem claro num número recente do *Information Processing and Management*, dedicado ao tema “pesquisas na área de ICT”<sup>(2)</sup>: está evidente, aí, que muitos dos problemas de ontem ainda estão por resolver de maneira satisfatória, como a “recuperação de informação”, por exemplo, com a diferença que, no momento, se dispõe de uma tecnologia complexa. Na essência, o que se busca ainda hoje são acessibilidade e disponibilidade. Por acessibilidade entende-se aqui tanto o acesso intelectual (classificação, indexação temática ou estatística, ou automática, etc.) quanto físico (catálogo coletivo e mecanismos para comutação).

## 2. TENTATIVAS DE ORGANIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

A necessidade de organização bibliográfica está presente no Brasil desde 1895, quando o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro cria uma Comissão Central de Bibliografia Brasileira a fim de atender a um convite do Governo Suíço formulado logo após a reunião, em 1891, num Congresso Internacional de Ciência Geográficas. Tal Comissão seria responsável pela coleta, divulgação e remessa para a Suíça dos trabalhos geográficos produzidos no País. O órgão central e normalizador seria a Comissão Central da Bibliografia Suíça, responsável pela organização de um Repertório bibliográfico. Por falta de auxílio financeiro do Governo esta iniciativa não logrou êxito<sup>(3)</sup>.

No início do século, entretanto, já estavam bem divulgados no Brasil os trabalhos do Instituto Internacional de Bibliografia, criado em 1895 em Bruxelas, pelos advogados Otlet e La Fontaine, especialmente a Classificação Bibliográfica Decimal, atual Classificação Decimal Universal. A Escola Politécnica de São Paulo, por exemplo, já a adotava em seu catálogo sistemático<sup>(4)</sup>. Manoel Cícero Perigrino da Silva<sup>(5)</sup>, então Diretor da Biblioteca Nacional, percebeu desde logo o papel preponderante que poderia ter esta Biblioteca no cenário nacional e internacional. Dentro do espírito do Instituto de Bruxelas, fez, em 1902, um Projeto de Regulamento em que propunha a criação de um Instituto Bibliográfico Brasileiro que teria como uma de suas finalidades o intercâmbio bibliográfico no País. De acordo com seu projeto, as informações coletadas seriam enviadas ao Instituto Internacional de Bibliografia, já citado, para a composição do Repertório Bibliográfico Universal. Tudo indica que esse Projeto se transformou no Regulamento da Biblioteca Nacional de 1911. Entre as atividades previstas estava a organização da bibliografia brasileira e a organização do catálogo coletivo das bibliotecas brasileiras. Em 1918 tem início a Bibliografia Brasileira, 1ª série, classificada pela CDU.

Antes de prosseguir nas tentativas de organização bibliográfica nacional é preciso relatar que em 1881 houve uma grande e importante tentativa de organização da documentação sobre uma parte da cultura brasileira, que foi o Catálogo da Exposição da História do Brasil, de Ramiz Galvão (6). Como projeto individual não teve continuidade e só mais tarde com Rubens Borba de Moraes se vê esforço semelhante, desta vez, porém, com ajuda de admirável equipe.

Esta segunda tentativa, entretanto, partiu de fora: por iniciativa do Comitê de Estudos Latino-Americanos, da American Council of Learned Societies, realizou-se, em Chicago, uma Conferência Bibliográfica, em 1939, com o objetivo de discutir "as necessidades atuais e futuras dos estudos relativos às culturas do Brasil e da América Espanhola". É fácil compreender o interesse pela realidade sócio-cultural desta parte do Continente Americano, visto que a 2ª Guerra Mundial apenas começava e o Brasil era um parceiro que não se podia ignorar. Com a ajuda da Fundação Rockefeller foram iniciados os trabalhos que deveriam ter sido publicados em 1943, porém o *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros* só saiu do prelo em 1949 com auxílio do Instituto Nacional do Livro e do Serviço de Documentação do Ministério da Indústria e Comércio.

A atualização do Manual é feita, de certa forma, pelo *Handbook of Latin American Studies*, editado pela Universidade de Flórida. No Brasil, foram editados apenas dois volumes, em 1954, um para Etnologia (Baldus, H. *Bibliografia comentada de etnologia brasileira (1943 - 1950)* São Paulo, 1954), outro para Folclore (Carneiro, E. *O Folclore Nacional (1943 - 1953)*. Rio de Janeiro 1954). Um novo *Manual bibliográfico de estudos brasileiros* — sob os auspícios da Fundação Patrícia Bildner, de São Paulo — se encontra em fase final de organização como promete Edson Nery da Fonseca, seu editor geral. (8).

Terminada a 2ª Guerra Mundial, os países ainda em reorganização retomam a atividade bibliográfica. A ONU substitui a Liga das Nações e o Instituto Internacional e Cooperação Intelectual é substituído pela UNESCO. Esta organização, como sua antecessora, também se ocupa de organização bibliográfica. Cientistas como Einstein, Bergson e Mme. Curie que atuavam no IICI apoiavam a idéia de criação de uma bibliografia universal e de um catálogo coletivo. Para eles a Bibliografia era o método indispensável de juntar idéias para integração, e se constituía na base de qualquer projeto de pesquisa (9). Estas idéias foram retomadas pela UNESCO, logo após sua criação, em 1947. Já em 1940, é organizada uma Conferência sobre Science Abstracting, quase que em continuação aos debates da Conferência sobre Informação Científica, realizada um ano antes sob os auspícios da Royal Society para tratar principalmente de "resumos". A importância do tema pode ser medida, ainda, pela criação, no seio do ICSU — Internacional Council of Scientific Unions, do Abstracting Board (ICSU/AB), em 1952.

Deste grupo fazem parte os editores de periódicos de resumos (abstracts) que sempre foram muito atuantes, e, na década de 60 seus estudos são desenvolvidos em conjunto com a UNESCO, dando origem ao UNISIST.

Dentro da mesma idéia em vigor no fim do século XIX organização bibliográfica internacional a partir da organização nacional — a UNESCO realiza, em 1950, uma Conferência sobre Aperfeiçoamento dos Serviços Bibliográficos. No manual de Besterman sobre o assunto (<sup>10</sup>), publicado no mesmo ano pela UNESCO, estão as diretrizes para a criação de centros bibliográficos nacionais. Sob esta influência foram criados centros no Egito, na Índia, no Japão, no Brasil etc.

O Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) surge, então, como órgão central de execução de atividades bibliográficas, como as bibliografias brasileiras especializadas correntes, e órgão de organização, sob forma cooperativa, do catálogo coletivo nacional de livros e de periódicos, e do serviço de intercâmbio de catalogação.

Algumas destas atividades já existiam no País embora sem coordenação.

O primeiro catálogo coletivo de periódicos surgiu em São Paulo, em 1937, mimeografado, por iniciativa do diretor do Instituto Butantan, o qual, mais tarde, na presidência do Serviço de Divulgação Bibliográfica (SDB) dos Fundos Universitários de Pesquisa, estimulou sua atualização.

Criado em fins de 1943, com auxílio da Fundação Rockefeller o SDB passou a funcionar na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP). A atividade que monopolizou a Seção de Bibliotecas foi a atualização do catálogo coletivo das publicações periódicas relativas à Biologia, existentes nas principais bibliotecas brasileiras. O catálogo, publicado em fichas, teve um total de 18 040 itens representando as coleções de 36 bibliotecas especializadas, quase todas em São Paulo. Incluía periódicos das ciências biológicas e afins. Na década de 50 houve uma terceira atualização que contou com auxílio do IBBB e, mais tarde, essa atividade foi desenvolvida em conjunto (<sup>11</sup>).

O SDB se propunha, ainda, a fazer o empréstimo interbibliotecário, a fornecer informações gerais sobre periódicos especializados e a manter um serviço de bibliografia, isto é, de levantamentos bibliográficos. Apesar de pertencer à Universidade de São Paulo, o Serviço atendia aos estudiosos de outros estados constituindo-se num serviço verdadeiramente nacional.

O aparecimento do IBBB com funções semelhantes parece ter trazido alguma ameaça à liderança de São Paulo: foi difícil para o Instituto ter a colaboração daquele Estado para seus programas cooperativos. Mas não foi só lá. No Rio, o Instituto de Manguinhos e a Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil criaram muitos obstáculos para a colaboração com o catálogo coletivo. Outra dificuldade que se apresentava para uma colaboração proveitosa com São Paulo referia-se ao programa de intercâmbio de catalogação do IBBB, que adotava as regras de catalogação da Vaticana enquanto São Paulo, desde a década de 40, adotava as regras da American Library Association (ALA). Não é demais lembrar que a moderna biblioteconomia surgiu

em São Paulo, sob influência americana. A adoção do código da ALA pelas bibliotecas dos outros Estados se deu muito tempo depois com a proliferação de cursos de biblioteconomia, perdendo, então, a Biblioteca Nacional, a hegemonia na formação de recursos humanos.

Quanto à bibliografia brasileira especializada corrente procurou o Instituto atuar em áreas ainda não cobertas por serviços bibliográficos.

Nesta época eram publicados o Índice *Catálogo Médico Brasileiro* de Jorge de Andrade Maia, o *Índice Tecnológico* de Bernadette Sinay Neves, a *Bibliografia Cartográfica Brasileira* de Isa Adonias, a *Bibliografia e Índice da Geologia do Brasil* de Dolores Iglesias, a *Bigliografia Geográfica Brasileira* de Hildgard O'Reilly, a *Bibliografia de História do Brasil* do Ministério das Relações Exteriores, e outras. Tais repertórios eram, quase todos, resultado do esforço individual de cada um de seus responsáveis. Pode-se dizer que isso era característico da época. O IBBDD inaugura uma fase de atividade institucional, não personalizada, profissional.

A primeira bibliografia brasileira editada pelo IBBDD foi a *Bibliografia Brasileira de Ciências Sociais* (BBCS). Ela não foi, exatamente, uma continuação da *Bibliografia Econômico-Social* da Fundação Getúlio Vargas, como se tem afirmado. Esta arrolava trabalhos brasileiros e estrangeiros, era seletiva e incluía resumos, enquanto que a BBCS procurou ser exaustiva, indexava apenas publicações brasileiras, sem resumos. Seguiram-se as bibliografias de Física, Química, Matemática, Botânica, Zoologia, Agricultura. O IBBDD, em negociações com a viúva de Jorge de Andrade Maia, continuou a bibliografia de Medicina. Mais tarde a bibliografia de Direito é desmembrada da BBCS. Engenharia, Química Tecnológica e Documentação passam a fazer parte do elenco de bibliografias do Instituto.

Tais levantamentos foram, por vezes, criticados pelos pesquisadores. Hoje, talvez tenhamos alguma compreensão do problema, e, também, alguma perspectiva. Primeiro, a exaustividade. Combinar a função de memória com a de instrumento auxiliar do trabalho intelectual realmente é difícil pois em Ciência a qualidade prevalece sobre a quantidade. A exaustividade pode ter sido, também, um dos fatores de impedimento da bibliografia com resumos.

Em segundo lugar, podemos apontar a impertinência, a inoportunidade dos repertórios bibliográficos relativos a áreas do conhecimento cuja publicação relevante é publicada no exterior, inclusive a dos autores brasileiros. Neste caso podem ser incluídas, principalmente a bibliografia brasileira de Química, a de Física e a de Matemática. A única função importante que se lhes podia atribuir era a de memória, nunca a de instrumento auxiliar do trabalho intelectual, e daí a crítica dos pesquisadores.

Quando a UNESCO estimulou a organização de centros com a função de produzir a bibliografia nacional corrente especializada em Ciência e Tecnologia ela não se deu conta destas peculiaridades; tivesse ela estimulado uma política de formação de

acervos, por exemplo, os resultados talvez tivessem sido mais úteis para a Ciência, no País. Ou, então, quem sabe, um apoio decidido para continuar o *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*? No mínimo, nossa dependência tecnológica teria sofrido mais resistência em seu caminho. A idéia de uma Biblioteca Nacional de Ciência e Tecnologia passou pelo IBBD (1<sup>2</sup>), mas as dimensões do País e os custos impediram que ela se concretizasse.

Outra onda de influência no Brasil foi a da Federação Internacional de Documentação (FID), que aqui chegou pelas mãos do IBBD. Em 1960, durante o 16<sup>o</sup> Congresso Internacional de Documentação no Rio de Janeiro — o primeiro que a FID realizava fora da Europa — foi criada a Comissão Latino-Americana (FID/CLA). Esta Comissão ajudou na divulgação das atividades brasileiras na América Latina. Um dos grandes projetos da FID era a publicação, em língua portuguesa, da Classificação Decimal Universal, trabalho que congregou profissionais de todo o País e que foi o responsável por sua popularização.

A possibilidade de usar tecnologias avançadas no tratamento da informação e na reprodução de documentos levou o IBBD à primeira tentativa de reforma de seu regimento. Duas propostas são desenvolvidas por volta de 1967: uma, com o nome do Instituto Brasileiro de Documentação Científica (INBIC) (1<sup>3</sup>), que previa uma expansão dos Institutos em alterações substanciais. Outra, com o nome de Instituto Nacional de Documentação e Informação Científica (1<sup>3</sup>). Apesar de manter uma estrutura semelhante à do projeto anterior, era bastante ambiciosa em suas finalidades e apresentava uma nova visão do problema: ao INDIC caberia o desenvolvimento de métodos e sistemas de documentação, as teorias e técnicas do processo de comunicação, seus usos e efeitos na sociedade. Pela primeira vez incluía "pesquisas e estudos avançados" dentro de sua programação normal, não só em Ciência da Informação como ainda em Comunicação. Previa, ainda, a "preparação de estudos de síntese e pesquisa de sistemas mecânicos e processo de indexação, realizando estudos de linguagens documentárias, dos léxicos e de sintaxe para máquinas" (1<sup>4</sup>). Mudanças na direção do Instituto interromperam o processo de reforma.

A automação dos serviços do IBBD, iniciada no final dos anos sessenta, possibilitou que os dados bibliográficos e cadastrais em memória de máquina fossem organizados de sorte a fornecer subsídios para política de informação e o Instituto passou a reivindicar o papel de coordenador. Outra proposta de reforma é apresentada ao CNPq, entre 1970/71, com ênfase na automação e nos objetivos do Instituto que passaria a se chamar Instituto Brasileiro de Informação Científica (1<sup>5</sup>). O CNPq não deu continuidade à proposta.

É interessante ressaltar a presença do termo "informação" nos nomes propostas para as reformas do IBBD. Isso deveu-se a influências externas, especialmente da UNESCO, de onde veio a "onda" do UNISIST (World Science Information System).

A UNESCO desenvolveu esta idéia com o International Council of Scientific Unions

(ICSU), o qual, através do Abstracting Board traçava programas, junto aos editores de revistas científicas, para maior cooperação com os serviços de resumo. Desde 1966 estudavam ambas as organizações a viabilidade de um sistema mundial de informação científica e tecnológica. Enquanto o Departamento de Documentação, Bibliotecas e Arquivos da UNESCO se preocupava com o planejamento dos serviços bibliotecários, o Setor de Ciências Naturais mantinha um programa de documentação e informação científica que se afinava com os propósitos do ICSU/AB. A grande preocupação deste grupo era o intercâmbio de fitas magnéticas das bases de dados produzidos por suas associações membros. Os promotores do UNISIST afirmavam que este era antes um movimento de âmbito mundial do que um sistema operacional. O Estudo de Viabilidade (1<sup>6</sup>) do UNISIST indica, entre os temas para ação, um esquema para intercâmbio mundial de dados bibliográficos normalizados em linguagem de máquina, entre arquivos operados por computador; problemas de linguagem inerentes à transferência de informação científica, e, além disso, não pôde deixar de incluir os velhos temas sobre redação de resumos analíticos, métodos e meios para melhorar a qualidade dos documentos científicos, etc. Estes tópicos também têm a ver com maiores facilidades de processamento eletrônico do texto integral. Isto não é mau. Apenas não é, ainda, a prioridade dos países menos desenvolvidos.

Na década de 60 os grandes serviços bibliográficos internacionais estavam automatizados e o próximo passo seria o intercâmbio de fitas ou a transferência de informações de um sistema para outro, como, por exemplo, a transferência das informações farmacêuticas da base de dados do *Chemical Abstracts* para a base de dados do *Index Medicus*, passando-as, automaticamente, para o sistema de classificação desta última. Coisas deste tipo são muito importantes e apenas os países desenvolvidos têm tecnologia para isso. A possibilidade de introduzir, no Brasil, os computadores nos serviços de informação, como se "regras e meios" fossem o suficiente para o processo de transferência de um serviço a outro, foi prejudicial quando se ignorou outras variáveis que interferiam em seu desempenho.

Outra consequência de UNISIST no Brasil foi o surgimento de um Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica (SNICT), incluído no 1º Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e que teve como grande mérito chamar a atenção para o problema da informação científica e tecnológica no País. Porém a busca de soluções políticas e não técnicas para sua consecução desgastou a idéia do SNICT. Nessa época o CNPq passa por modificações profundas que vão afetar a atuação do IBBD transformando-o no IBICT. O SNICT passa a ser tema maldito e a nova onda em relação à atividade de ICT passa a ser, exclusivamente, a da computação.

Esta visão mecanicista foi um legado pernicioso e a elas se devem muitas "experiências" que levaram a lugar nenhum.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Passados tantos anos o saldo foi pequeno: as bibliotecas se debatem com problemas

de verbas, as tarifas não estimulam os programas de intercâmbio, inexistente uma política de informação no País, o problema de acessibilidade e disponibilidade ainda é objeto de preocupação que o Programa de Comutação Bibliográfica (COMUT) tenta resolver (17). Os projetos e programas ainda dependem das pessoas: as instituições não têm se mostrado fortes para prosseguir mesmo quando as pessoas deixam seus quadros.

Não é muito difícil compreender esta situação: atividade de informação científica e tecnológica (ICT) é causa e consequência do desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia. Ora, estas atividades são um tanto marginais no País e as atividades de ICT têm, necessariamente que refletir essa situação. Fazendo com que os verdadeiros profissionais da informação também se sintam marginais, como os cientistas.

Por outro lado, bibliotecários e documentalistas desenvolveram suas atividades de maneira um tanto à parte dos cientistas. Distanciados dos pesquisadores, não perceberam eles que os cientistas, enquanto grupos sociais, se organizam segundo suas áreas de interesse, que suas necessidades e hábitos de obtenção de informação decorrem da própria natureza de suas atividades científicas. Tais peculiaridades determinam, mesmo, suas formas de comunicação — formal e informal — e afetam a organização dos serviços de informação.

Com o advento da Sociologia da Ciência, em que o cientista é objeto de estudos, estes pontos ficam mais claros para aqueles que trabalham na área de informação. E não é fantasioso afirmar que o profissional de informação tem, antes de tudo, de assumir seu papel de cientista social e munir-se das ferramentas de pesquisa necessárias para melhor conhecer a comunidade que lhe cabe servir.

### Abstract

#### Information yesterday

Historical review about the origin, influences suffered, and activities of the bibliographical organization in Brazil. Evolution of the concept of information and its impact on the information activities of librarians and information scientists.

### REFERÊNCIAS

1. FUNCK BRENTANO, F. Les problèmes bibliographiques et leur solution. *Revue des deux mondes*, 145 : 147, ja. 1898.
2. *Information Processing and Management*, 16 (4-5), 1980.
3. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Comissão Central de Bibliografia Brasileira. Ano 1, Fascículo 1. Rio de Janeiro, Officina de Obras do Jornal do Brasil, 1895. 38 p.
4. FREIRE, V. da Silva. *A Bibliographia Universal e a classificação decimal*; subsídio para a participação do Brasil na organização internacional da bibliographia científica. São Paulo, Typ. Brazil de Carlos Gerke & Cia, 1901. 37 p.
5. SAMBAQUY, L. de Q. Manuel Cícero Peregrino da Silva. *IBBD Boletim Informativo*, 2 (5): 235-a, set/out. 1956.
6. BIBLIOTECA NACIONAL, Rio de Janeiro. *Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, 1881/1882; volume IX: *Catálogo da exposição de História do Brasil*. Rio de Janeiro, 1881-1882. 2 v.



7. MORAES, R. B. de & BERRIEN, W. **Manual bibliográfico de estudos brasileiros**. Rio de Janeiro, Souza, 1949. p. IX.
8. FONSECA, E.N. da. **A biblioteconomia brasileira no contexto mundial**. Rio de Janeiro, Tempo brasileiro; Brasília, INL, 1979. p. 39.
9. RICHARDSON, E.C. Bibliography, the basis of international intellectual cooperation. **Inter-American Bibliographical and Library Association Proceedings**, 2 : 45, 1939.
10. BESTERMAN, T. **A world bibliography of bibliographies and of bibliographical catalogues, calendars, abstracts, digests, indexes, and the like**. 4 ed. Lausanne Societas Bibliographica (1965-66). 5 v.
11. Cópias de atas do Serviço de Divulgação Bibliográfica, cedidos por M. Antonio Ferraz,
12. MONTE-MÓR, J. A biblioteca nacional de empréstimo, da Inglaterra. **IBBD Notícias Diversas**, 2 (10) : 166, 1964.
13. INSTITUTO BRASILEIRO DE DOCUMENTAÇÃO CIENTÍFICA. **Anteprojeto de regimento**. Rio de Janeiro, 1966, 28 fls.
14. INSTITUTO NACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO CIENTÍFICA. **Anteprojeto do regimento interno**. Rio de Janeiro, 1966, 31 fls.
15. Não se conseguiu obter cópia deste estudo, do qual participamos, à época.
16. ICSU/UNESCO Central Committee. **UNISIST Study report on the feasibility of a World Science Information System**. Paris, UNESCO, 1971.
17. CAPES & IBICT. **COMUT — Programa de comutação bibliográfica; manual de operações**. Brasília, s.d..